



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ____, DE ____ DE 2019

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL_____

O Município de Birigui, com sede administrativa na Praça James Mellor, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 46.151.718/0001-80, neste instrumento denominado MUNICÍPIO, representado por seu Prefeito Municipal, **CRISTIANO SALMEIRÃO**, inscrito no CPF sob o nº 260.016.228-33, e a **OSC.....** com sede administrativa na nº, Bairro....., na Cidade de, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 5.749, de janeiro de 2017,

Resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, a reger-se pelas cláusulas a seguir, que transcrevem as condições aceitas pelos parceiros, às quais se obrigam, a saber:

1 - DO OBJETO

1.1 – Objetiva o presente Termo de Colaboração, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 5.749/2017, atendimento ambulatorial e educacional especializado no período inverso ao das aulas regulares dos alunos matriculados na rede municipal de ensino de birigui que são diagnosticados com transtorno do espectro autista (TEA), com a finalidade de proporcionar um atendimento especializado, visando a complementação do ensino regular bem como oferecer suporte de atendimento terapêutico e atendimento ambulatorial aos alunos, pelo período de 12 (doze) meses.

2 - DO REPASSE FINANCEIRO

2.1 O Município repassará a OSC _____, o valor de R\$ _____(_____), conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho aprovado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

2.2 O valor fixo mensal a ser repassado corresponde aos serviços de Atendimento Educacional Especializado no período inverso ao das aulas regulares dos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Birigui que são diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista, com a finalidade de proporcionar um atendimento educacional especializado, visando a complementação do ensino regular bem como oferecer suporte de atendimento terapêutico e atendimento ambulatorial aos referidos alunos.

2.3 As parcelas serão liberadas no 10º (décimo) dia útil de cada mês e havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

2.4 Não será exigida a contrapartida financeira.

3 - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – Ao MUNICÍPIO compete:

I - Repassar os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, que faz parte integrante deste termo e no valor nele fixado;

II - Designar a Comissão de Avaliação e Monitoramento que será a responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, na forma da lei;

III - Apreciar a prestação de contas apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de seu recebimento;

IV - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

V - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la.

VI - Arcar com as despesas de publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município.

VII - Aplicar as penalidades regulamentadas no Termo de Colaboração.

VIII - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações.

IX - Constatadas quaisquer irregularidades nos serviços, assegurar-se-á ao Município o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação.

X – A faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

3.2 - À OSC compete:

I - Aplicar o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Município;

II – Apresentar mensalmente a relação dos alunos atendidos, com respectivo comprovante de frequência, bem como relatório das atividades desenvolvidas. A cada quadrimestre apresentar relatório individualizado de cada aluno discriminando os trabalhos realizados e os resultados obtidos.

III - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste termo, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

IV - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como disposto no Decreto Municipal nº 5.749/2017;

V - Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e deverá formalizar promessa de transferência da propriedade ao Município de Birigui/Secretaria Municipal de Educação/Saúde, na hipótese de sua paralisação ou extinção;

VI - Comprometer-se com o atendimento das crianças que estejam no seu âmbito de competência.

VII - Prestar os serviços e as ações educacionais/terapêuticas com qualidade, atendendo as crianças de modo gratuito, universal e igualitário.

VIII - Os serviços educacionais/terapêuticos serão prestados com os recursos humanos e técnicos sob a responsabilidade da OSC, segundo grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, respeitando os parâmetros da legislação vigente e das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e de Saúde.

IX - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

- X - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços.
- XI - Garantir o acesso dos Conselhos Municipais, aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;
- XII - Permitir o acesso do Gestor e dos fiscalizadores deste Termo de Colaboração, aos registros, sistemas e informações, sempre que solicitado;
- XIII - Não utilizar esse Termo de Colaboração, sem prévia e expressa autorização do Município, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob a pena de sanção, inclusive rescisão contratual;
- XIV - Gerir todos os recursos materiais, humanos, técnicos e quaisquer outros que se fizerem necessário para o cumprimento deste Termo.
- XV - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- XVI – Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no tocante às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4 - DOS VALORES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 – Para o exercício financeiro de 2019 fica estimado em R\$..... (.....), o montante de recursos para execução do objeto deste Termo, ficando o MUNICÍPIO desobrigado de esgotar o valor estimado, correndo as despesas à conta de dotação orçamentária para esse fim.
- 4.2. - Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.
- 4.3. - Os saldos financeiros enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em instituição financeira oficial, e as receitas decorrentes, serão obrigatoriamente computadas a crédito do Termo e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.
- 4.4. - Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.5 - Os recursos repassados à Entidade deverão ser mantidos e movimentados em conta bancária específica, em instituição financeira indicada pela administração pública.

4.6 – Deverá ser observado o art. 53 da Lei Federal nº 13.019/14.

5 - DAS PROIBIÇÕES

5.1 - O Plano de Trabalho deverá estar em consonância com o Termo de Referência e ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

III - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do Plano de Trabalho pela administração pública;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

V - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

VI - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

VIII - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

c) pagamento de pessoal contratado pela Organização da Sociedade Civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.204/2015;

d) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

6 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 – A prestação de contas será quadrimestral e deverá ser encaminhada ao Município até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao final do quadrimestre e no final de cada exercício.

6.2 – A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas com os alunos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados por aluno, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III – Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas por funcionário da OSC, devendo permanecer os originais na Instituição conforme orientações legais;

IV – Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes de despesas realizadas assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

VI – Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 dias após o término da vigência deste Termo.

VII - Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a destinação dos repasses, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente por meio do lançamento das despesas no Sistema Informatizado de Prestação de Contas em ordem cronológica, sob pena de suspensão dos repasses;

VII- Apresentar, em conjunto com as prestações de contas quadrimestrais, todos os documentos previstos no § 3º, Inciso III, artigo 71, do Decreto nº 5.749/2013 e outros que vierem a ser eventualmente disciplinados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

VIII - Entregar, fisicamente, na Secretaria de Finanças, Setor de Convênios, quadrimestralmente, guias de encargos trabalhistas devidamente recolhidas, conforme apresentadas no Plano de Aplicação, quando houver tais despesas;

IX - Apresentar a prestação de contas anuais até 31 de janeiro do exercício subsequente ao do recebimento dos recursos públicos oriundos da presente parceria, por meio do Sistema Informatizado de Prestação de Contas e fisicamente, observado também, as regras estabelecidas pela Instrução n.º 02/2016 do TCESP;

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 – O presente Termo vigorará por 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogável anualmente, até o período de 60 meses, de acordo com o interesse e necessidade da administração pública.

8 - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Este Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

9 - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - O MUNICÍPIO deverá providenciar a publicação do extrato deste Termo, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

10 - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1 - O MUNICÍPIO acompanhará a execução do objeto do Termo através da Comissão de Monitoramento e Avaliação e seu gestor, tendo como obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas quadrimestral e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.204/2015;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

10.2. - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do Plano de Trabalho, o Município poderá transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

11 - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - É facultado aos parceiros denunciar este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

11.2 - A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto de Termo;

III - Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

12 - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

12. 1 – O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

13 – DA OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

13.1 - O responsável por parecer técnico que conclua indevidamente pela capacidade operacional e técnica da OSC para execução desta parceria responderá administrativa, penal e civilmente, caso tenha agido com dolo ou culpa, pela restituição aos cofres públicos dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

valores repassados, sem prejuízo da responsabilidade do administrador público, do gestor, da entidade da sociedade civil e de seus dirigentes.

13.2 - A pessoa que atestar ou o responsável por parecer técnico que concluir pela realização de determinadas atividades ou pelo cumprimento de metas estabelecidas responderá administrativa, penal e civilmente pela restituição aos cofres públicos dos valores repassados, caso se verifique que as atividades não foram realizadas tal como afirmado no parecer ou que as metas não foram integralmente cumpridas.

14 – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

14.1 - Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:

- a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria, assim como os eventuais rendimentos, no atendimento do objeto constante da Cláusula Primeira em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
- b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade;
- c) manter conta corrente específica para cada fonte cofinanciada no estabelecimento bancário público, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de recursos oriundos da presente parceria, informando ao Órgão Gestor o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, observadas as demais disposições desta cláusula;
- d) aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título da parceria, conforme dispõe do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas, inclusive a nota fiscal eletrônica, o número do presente Termo, fonte de recurso e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências, atendendo as disposições do Art. 53 da Lei n.º 13.019/2014;
- f) devolver ao município eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Colaboração, devendo comprovar tal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

devolução nos moldes da prestação de contas no Sistema Informatizado de Prestação de Contas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

g) não repassar nem distribuir a outra Organização da Sociedade Civil, ainda que de Educação e/ou Saúde, os recursos oriundos da presente parceria;

h) não contratar ou remunerar, a qualquer título, pela Organização da Sociedade Civil, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

i) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

15 - DO FORO

15.1 - O foro da Comarca de Birigui é o eleito para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, observada a tentativa de solução administrativa, na forma da lei.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Birigui, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto.

16.2 - Faz parte integrante deste Termo de Colaboração o Plano de Trabalho, que é indissociável ao presente Termo.

E por estarem acordes, firmam os Parceiros perante 02 (duas) testemunhas o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Prefeitura Municipal de Birigui, aos dias do mês de de 2019.

CRISTIANO SALMEIRÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

Prefeito Municipal

MEIRIANE APARECIDA BELTRAN
Secretária Municipal de Educação

MARIAN FÁTIMA NAKAD
Secretária Municipal de Saúde

Presidente da OSC

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____